

**PROCEDIMENTOS DE INVESTIGAÇÃO: GENEALOGIAS  
COMO ESTUDO DA BIOPOLÍTICA E DAS GOVERNAMENTALIDADES**

PROCEDIMIENTOS DE INVESTIGACIÓN: GENEALOGÍAS  
COMO ESTUDIO DE LA BIOPOLÍTICA E DAS GOVERNAMENTALIDADES

PROCEDURES FOR RESEARCH: GENEALOGY  
AS A STUDY OF BIOPOLITICS AND GOVERNAMENTALITY

**Nei Antonio Nunes**

Doutorando em Sociologia Política  
da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
E-mail: [neinunes@bol.com.br](mailto:neinunes@bol.com.br)

**Resumo:** A noção de genealogia cunhada por Michel Foucault nos anos 1970 tem sido utilizada no escrutínio de importantes fenômenos sociais. A sofisticação do conceito fica evidenciada, por exemplo, nas aulas ministradas por Foucault no *Collège de France* em 1976 e 1978. Aliás, como procedimento investigativo é usada em inúmeras pesquisas em Ciências Humanas. Na intenção de depurar categorias de análise como as de Biopolítica e Governamentalidade, importantes pensadores têm procurado realizar pesquisas genealógicas ao inquirirem as estruturas de poder modernas e contemporâneas. Neste artigo, ao discutirmos as noções de Biopolítica e Governamentalidade, recuperamos algumas trajetórias genealógicas propostas nas aulas dos dois cursos, bem como aspectos relevantes do ambiente político e sociocultural em que Foucault participou ativamente. Por fim, problematizamos certos aspectos das governamentalidades policial e liberal, evidenciando a distância da noção foucaultiana de liberdade em relação a essas práticas de governo da vida.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Genealogias; Liberdade; Poder; Governamentalidades.

**Resumen:** La noción de genealogía cuñada por Michel Foucault en los años 1970 ha sido utilizada en el escrutinio de importantes fenómenos sociales. La sofisticación del concepto es evidenciada, por ejemplo, en las clases ofrecidas por Foucault en el *Collège de France* en 1976 y 1978. De hecho, como procedimiento de investigación, es usada en innumerables investigaciones en Ciencias Humanas. En la intención de depurar categorías de análisis como las de Biopolítica y Governamentalidad, importantes pensadores han buscado realizar investigaciones genealógicas sobre las estructuras de poder modernas y contemporâneas. El presente artículo recupera, a través de la discusión de las nociones de Biopolítica y Governamentalidad, algunas trayectorias genealógicas propuestas en las clases de los dos cursos, así como aspectos relevantes del ambiente político y socio-cultural en el que Foucault participó activamente. Por fin, problematiza ciertos aspectos de las governamentalidades policial y liberal, evidenciando la distancia de

la noción foucaultiana de libertad en relación a esas prácticas de gobierno de la vida.

**Palabra-clave:** Biopolítica; Genealogías; Libertad; Poder; Governamentalidades.

**Abstract:** The notion of genealogy coined by Michel Foucault in the 1970s has been used in the poll of important social phenomena. The sophistication of the concept is evidenced, for example, in the courses taught by Foucault at the *Collège de France* in 1976 and 1978. Indeed, as investigative procedure it is used in numerous studies in the Humanities. In the intention to debug categories of analysis such as Biopolitics and governmentality, important thinkers have sought to perform genealogical research to inquire the power structures in modern and contemporary. In this article we recover some genealogical histories of the two proposals in the classroom courses, as well as relevant aspects of the political, social and cultural environment in which Foucault participated actively. Finally, we discuss some aspects of police and liberal governmentality, showing the distance from the Foucauldian notion of freedom on these governance practices of life.

**Keywords:** Biopolitics; Freedom; Genealogy; Governmentality; Power.

Com o advento dos novos saberes filosóficos e científicos houve, durante a modernidade, profundas alterações nos modos de pensar e agir das sociedades ocidentais. Ligada aos processos políticos e econômicos, a profusão de novas ideias sobre o mundo humano e natural, a partir da produção dos conhecimentos, evidenciou a necessidade do estabelecimento de critérios cada vez mais seguros de validação das pesquisas. A consolidação do método como procedimento investigativo rigoroso e, assim, como condição *sine qua non* à pretensão de alcançar a verdade (filosófica ou científica), marcou profundamente as visões de mundo modernas, bem como os rumos das pesquisas nos diversos modelos epistemológicos.

Na contemporaneidade, a discussão em torno das metodologias de pesquisa em Filosofia e Ciências Humanas tem ocupado pensadores dos mais diferentes matizes. No século XX, diversas escolas de pensamento detiveram-se sobre essa temática. Muitas delas, distantes do estabelecimento de um consenso mínimo, geraram múltiplas e divergentes perspectivas de análise. Por exemplo, o debate epistemológico foi marcado, tanto por correntes teóricas que propuseram métodos universalmente válidos quanto por aquelas que sustentaram o relativismo metodológico. Esses antagonismos são reveladores, cremos, não só da complexidade das questões que gravitam em torno dos procedimentos investigativos em Filosofia e Ciências Humanas, mas também da efervescência intelectual e da profusão de ideias que evidenciam a emergência dos desafios e dilemas sociais de nosso tempo.

Com substantiva participação no cenário intelectual da segunda metade do século XX, desde seus primeiros livros Michel Foucault (1926-1984) tem se ocupado com a questão dos

procedimentos investigativos. Aliás, nunca é demais lembrar que ao longo de sua trajetória teórica ele assumiu mudanças metodológicas significativas. Assim, na passagem da arqueologia dos saberes, nos anos 1960, às pesquisas genealógicas sobre os poderes e os modos de existência – estas entre 1970 e 1984 –, há importantes deslocamentos no campo de análise e nos procedimentos utilizados.

Distantes dos reducionismos e das simplificações existem, na atualidade, importantes pensadores que problematizam Foucault à luz das grandes transformações e impasses de nossa sociedade. No entanto, não há garantias de que as inúmeras referências à genealogia foucaultiana provejam uma efetiva filiação metodológica. De passagem, ilustramos que o filósofo italiano Giorgio Agamben define o tipo de pesquisa que realiza como genealógica. Mas, de modo diverso do instrumental foucaultiano, Agamben analisa os fenômenos político-sociais estabelecendo paradigmas (por exemplo: o “estado de exceção”)<sup>1</sup>.

Como sabemos, as recentes publicações dos cursos ministrados por Foucault, no *Collège de France*, abrem novas perspectivas no aprofundamento de seus procedimentos e alvos de pesquisa. Por tratar-se de textos seminais que revelam deslocamentos importantes da genealogia do poder, no escrutínio dos temas da biopolítica e da governamentalidade, recorreremos, em nossa análise, ao conteúdo das aulas ministradas por Foucault nos

---

<sup>1</sup> Ao propor um breve histórico do estado de exceção, Giorgio Agamben sustenta que o “estado de sítio”, criado pela assembleia constituinte francesa em 1791, admite a suspensão da ordem jurídica em situações extremas, sendo aplicadas as prerrogativas inicialmente às praças-fortes e aos portos militares. Todavia, durante os séculos XIX e XX, há um farto processo de ampliação, no espaço e no tempo, dos dispositivos governamentais de exceção. Causa impacto a inferência de Agamben de que na contemporaneidade a lógica da exceção não seja privilégio dos Estados totalitários ou autoritários, mas um dispositivo constitutivo também dos Estados considerados democráticos. Conforme o pensador italiano, presente no Estado moderno da sua gênese aos nossos dias o Estado de exceção teria ampliado consideravelmente o seu espectro, transformando-se, nas sociedades democráticas, em paradigma de governo. Na lógica da exceção, a lei e a anomia expressam uma relação complementar – embora frequentemente sejam definidas na cultura política como antitéticas. Nos Estados de direito, a lei e a ausência de lei seriam complementares. Assim sendo, nos Estados democráticos existiriam espaços vazios, vácuos (“bolhas”) sem a ação do ordenamento jurídico, mas convivendo com ele. (Cf. Agamben, 2004, p. 09-49).

anos de 1976 e 1978. Referimo-nos aos cursos intitulados *Em defesa da sociedade* e *Segurança, território, população*<sup>2</sup>.

A aproximação e/ou vinculação entre os dois cursos nos remetem a uma série de questões. *Grosso modo*, podemos dizer que, embora as duas pesquisas sejam definidas como fazendo parte da genealogia do poder, em linhas gerais as aulas de 1976 discutem temas como a luta das raças, o racismo de Estado e as relações entre poder, política e guerra. Já o curso ministrado no inverno de 1978 se ocupa das formas de poder como o pastorado, a razão de Estado, a polícia e o liberalismo, enfatizando, em certa medida, o primado da economia sobre a política e a importância crescente, na modernidade e na contemporaneidade, dos dispositivos estatais de segurança<sup>3</sup>.

Além disso, em 1977, período entre os dois cursos, Foucault gozou de um ano sabático. Cabe refletir se esse interregno marca não só a presença de certos deslocamentos no campo de análise, mas também a influência das mudanças do contexto social no pensamento do autor, introduzindo, assim, rupturas entre as duas pesquisas genealógicas. Esse intervalo – o ano de 1977 – revela um hiato no qual Foucault abandona definitivamente um modo de fazer pesquisa e assume outro? Enfim, problematizações dessa ordem norteiam nossa reflexão sobre as genealogias que evidenciaram as práticas biopolíticas e de governamentalidade. Assim sendo, distante da pretensão de indicar proposições definitivas ou um esquema inflexível de abordagem das pesquisas genealógicas, procuramos, nas páginas que se seguem, inquirir Foucault acerca dos procedimentos de pesquisa explicitando alguns dos lineamentos dessas práticas do poder socialmente constituídas. Para tanto, começamos pelo resgate de aspectos relevantes do contexto histórico e social no qual o pensador estava inserido e participava ativamente.

---

<sup>2</sup> Os títulos originais são, respectivamente, *Il faut défendre la société* (Foucault, 1997) e *Sécurité, territoire, population* (Foucault, 2004b).

<sup>3</sup> Embora não seja o alvo de nossa reflexão nesse artigo, cabe enfatizar que há uma clara vinculação entre os temas tratados no curso *Segurança, território, população* e as análises de Foucault em *Nascimento da biopolítica* (Foucault, 2008b), de 1979, sobre o liberalismo, o neoliberalismo e a biopolítica.

### **Contextos: as viagens à Alemanha, ao Japão e ao Irã**

Na segunda metade da década de 1970, Foucault fez várias viagens. Os conteúdos das viagens ao Japão, à Alemanha e ao Irã fornecem elementos imprescindíveis sobre o que de fato interessava ao pensador francês discutir naquele momento. Em 1977, Foucault passa uma temporada em Berlim. Vai aos dois lados (ocidental e oriental) e, em ambos, sente na pele os horrores da hostilidade e do controle das polícias locais. Todavia, isso não impede que retorne à Alemanha pouco tempo depois e faça parte de uma manifestação na cidade de Hannover. Na mesma oportunidade participa, durante três dias, com mais de 30 mil pessoas, de evento no qual discutem as novas lutas sociais por parte dos movimentos considerados alternativos (Eribon, 1990, p. 242).<sup>4</sup>

Um pouco antes das experiências em Berlim, Foucault toma partido contra a extradição de Klaus Croissant, o advogado do “bando de Baader”<sup>5</sup>. Para Senellart, o caso Croissant constitui o acontecimento principal, em fins de 1977, no que tange ao engajamento de Foucault. O advogado foi extraditado da França para a Alemanha em 16 de novembro. Os artigos e entrevistas de Foucault, desse período, revelam seu interesse por temas que posteriormente serão verificados nos cursos do *Collège de France*, ministrados em 1978 e 1979. Trata-se das questões que gravitam em torno dos direitos dos governados, do pacto de segurança que liga o Estado à população e da relação da polícia com a população (Senellart, 2008, p. 501-505).

No Japão, em 1978, Foucault participa de debate, em Kyoto,

---

<sup>4</sup> O motivo da manifestação foi o apoio a um professor universitário, expulso da instituição de ensino por defender um livro proibido.

<sup>5</sup> O advogado havia pedido asilo político à França, pois corria o risco de condenação, na Alemanha, por ter dado apoio material aos acusados, extrapolando os direitos de defesa. Como relata Eribon: “Quando Klaus Croissant é removido da cela para ser expulso, Michel Foucault se encontra diante da prisão de *La Santé* com algumas dezenas de pessoas para formar uma barreira simbólica. São violentamente dispersados pela polícia, e Foucault chega a fraturar uma costela.” Acrescenta o biógrafo: “Vê-se que Foucault não mede esforços para defender o advogado alemão. Ele se engaja realmente. Mas quer limitar seu combate a um estrito problema jurídico. Quer defender o advogado, porém não seus clientes. Não defenderia gente que considera ‘terrorista.’” Essa posição diferenciava-se da de Gilles Deleuze, que também se contrapôs à extradição. Temos aí, provavelmente, um dos motivos da ruptura entre os dois pensadores (Eribon, 1990, p. 240-241).

com especialistas sobre a mística budista zen. Nesse evento, trata da questão da pastoral cristã, tema amplamente discutido no curso *Segurança, território, população*. Nessa temporada no Japão, visita instituições – um hospital psiquiátrico e uma prisão – e pronuncia conferências sobre diferentes temas, como: sexualidade e poder e a relação entre filosofia e poder (Defert, 1999, p. 50-51; Senellart, 2008, p. 505-506). No bojo dessas conferências, localizamos os temas desenvolvidos pelas pesquisas genealógicas realizadas até então: a normalização, o poder disciplinar, a tecnologia da confissão, o biopoder, os efeitos deletérios do Nazismo e do Stalinismo e as relações entre jogos de poder, verdade e contracondutas.

Retornando ao ano de 1977, Foucault é convidado a escrever no jornal italiano *Corriere della Sera*. O periódico propõe que o pensador francês produza artigos sobre cultura e filosofia, mas Foucault opta por realizar reportagens. Com esse espírito, viajará duas vezes para o Irã em 1978 – de 16 a 24 de setembro e depois, de 9 a 15 de novembro. No entanto, sua atenção ao que acontece no Irã já aparece em 1976, quando se associa a uma petição assinada por intelectuais e dirigentes do Partido Socialista, que visa a denunciar o silêncio das autoridades francesas em relação à violação dos direitos humanos naquele país. Além disso, ao final de 1977, fora alertado para que ficasse atento ao que se sucederia nas cidades religiosas do Irã – clara alusão ao desencadear da revolta iraniana<sup>6</sup>.

Muito se dirá do entusiasmo de Foucault em relação à

---

<sup>6</sup> Comenta Defert, a respeito das duas viagens de Foucault: “Ele acompanha Claire Braère e Pierre Blanchet, jornalistas do *Libération*, aos lugares mais pungentes do conflito. Dia 20, encontra em Qom, capital religiosa, o aiatolá Chariat Madari, então uma das personalidades religiosas mais importantes, liberal, defensor da tradição espiritual do xiismo. Sua análise impregna a percepção que Foucault tem dos acontecimentos. (...) Nesta época, o aiatolá Khomeini, exilado no Iraque, é ainda desconhecido no Ocidente. (...) Foucault jamais se encontrou com Khomeini. (...) Dia 9, segunda viagem de Foucault ao Irã. Esforça-se para rever os mesmos interlocutores que na época de sua primeira estada, para seguir a evolução de suas posições. Diz-se preocupado em saber como se constituem, hoje, as referências indispensáveis às existências coletivas fora da esfera do marxismo. Viagem a Abadan, onde há greve nas refinarias de petróleo. Emissários dos fedayin do povo lhe expõem as razões da reunião deles com Khomeini.” (Defert, 1999, p. 45-49; 52-53).

Revolução Islâmica no Irã. Não lhe pouparam críticas. Contudo, parte dos seus críticos parece negligenciar elementos importantes contidos nas posições do pensador à época. Primeiramente, Foucault, como tantos outros intelectuais, comungou da rejeição ao regime corrupto do monarca iraniano – Xá Reza Pahlevi. Outro dado relevante – como destacou Defert – é o fato de que no Irã Foucault fora recebido pelo aiatolá liberal Shariat Madari (clérigo não alinhado às ideias de Khomeini que queria substituir a monarquia por uma teocracia), que mais tarde entrou em conflito com o novo governo por incentivar a criação do Partido Republicano Popular e, por isso, terminou seus dias em prisão domiciliar. O pensador francês interessou-se, notadamente, pelas ideias do aiatolá sobre o “bom governo”. Lembramos que, no curso de 1978, como também nos seus últimos escritos, Foucault discutiu as relações entre o poder pastoral da igreja e o poder político<sup>7</sup>.

Pouco depois de o Xá deixar o poder e Khomeini retornar do exílio – início de 1979 –, começam as execuções dos oponentes ao novo regime. Talvez o erro de Foucault não esteja no diagnóstico que fez da monarquia Pahlevi<sup>8</sup>, nem do movimento de contraconduta que se instala no Irã em contraposição às práticas violentas e corruptas de seu governo, mas em não perceber os elementos (embrionários antes da ascensão de Khomeini) que culminam na radicalização do novo regime. Como reação às inúmeras críticas ao seu apoio à revolução islâmica, escreve um

---

<sup>7</sup> Senellart, resgatando o próprio Foucault, indica o que ele queria dizer quando usou o controvertido termo “espiritualidade política” para se referir à experiência iraniana: “O ‘governo islâmico’, escreve Foucault, não poderia designar ‘um regime político em que o clero desempenharia um papel de direção ou de enquadramento’, mas sim um duplo movimento de politização das estruturas tradicionais da sociedade, em resposta a problemas atuais, e de abertura de uma ‘dimensão espiritual’ na vida política.” (Senellart, 2008, p. 507-509).

<sup>8</sup> Num de seus artigos da época, Foucault assevera: “Então, eu lhes peço, não nos falem mais na Europa dos acertos e erros de um soberano demasiado moderno para um país demasiado velho. O que é velho aqui no Irã é o xá: cinquenta, cem anos de atraso. Ele tem a idade dos soberanos predatórios, o sonho antigo de abrir seu país pela laicização e pela industrialização. O arcaísmo de hoje é seu projeto de modernização, suas armas de despota, seu sistema de corrupção.” (Eribon, 1990, p. 264). Embora o tom das críticas pareça para muitos, ainda hoje, demasiado exagerado, cremos que Foucault ataque, aqui, sobretudo, o verniz de modernidade de uma monarquia despótica e corrupta.

artigo-manifesto, publicado no *Le Monde*, no qual fala de temas como a sublevação, a espiritualidade e a subjetivação – esses contemplados nos cursos de 1978, 1979 e, num registro distinto, também naqueles ministrados no início da década de 1980 (Eribon, 1990, p. 270-271).

A problematização das tecnologias biopolíticas aparece – não sem variações e distinções importantes – nos cursos de 1976, 1978 (e também de 1979). Sem a pretensão de estabelecer grandes linearidades, cremos que essas reflexões sobre aspectos cruciais da biopolítica, como também dos dilemas que envolvem as tecnologias de governo e a ação dos governados, encontrem ressonância, de diferentes formas, nas incursões de Foucault, por exemplo, em suas visitas às instituições de saúde e segurança no Japão; no constrangimento por ser um intelectual vigiado e punido pelas polícias na Alemanha ocidental e oriental e na cobertura jornalística da insurreição no Irã<sup>9</sup>.

Questões ligadas à emergência das novas tecnologias de governos e, assim, do espectro biopolítico fazem-se presentes – a partir de diferentes níveis – nessas experiências do intelectual francês. No entanto, se o tema da governamentalidade já aparece, em Foucault, antes mesmo do curso *Segurança, território, população*, estaria presente também – se não de maneira central, mas de forma secundária ou subliminarmente – no curso *Em defesa da sociedade?* Se a biopolítica fosse um tema comum aos dois cursos (leia-se: as duas pesquisas genealógicas), poderia a questão das tecnologias de governo ter sido explorada num curso e não no outro? Distante de qualquer pretensão de detectar sistematicidade e/ou linearidade nas abordagens genealógicas de Foucault, procuraremos, a seguir, nuançar as trajetórias investigativas propostas nos cursos *Em defesa da sociedade* e *Segurança, território, população*.

### **Do que tratam as aulas de *Em defesa da sociedade?***

As aulas do curso *Em defesa da sociedade* acontecem no período entre as publicações de *Vigiar e punir* (fevereiro de 1975) e *A*

---

<sup>9</sup> Uma página não menos importante nesse período é a das interlocuções com diversos parceiros intelectuais: Gilles Deleuze, Paul Veyne, François Ewald, por exemplo.

*vontade de saber* (outubro de 1976). Conforme Fontana e Bertani (1999, p. 330), esse curso ocupou uma posição estratégica, uma espécie de interregno no qual Foucault avalia seu percurso anterior e delinea as futuras pesquisas. Comprova isso o fato de a sociedade disciplinar deixar de ser o mote das aulas ministradas, no *Collège de France*, em 1976. Embora estejam nessas análises, as disciplinas são abordadas num registro distinto em relação aos cursos anteriores, pois Foucault empreende deslocamentos importantes no campo de análise e em seus objetos de pesquisa<sup>10</sup>.

É importante salientar que nessas pesquisas a vinculação entre genealogia e microfísica não indica que Foucault ignore a existência dos macropoderes e os seus efeitos sobre as sociedades modernas e contemporâneas<sup>11</sup>. Por exemplo, na conferência “A

---

<sup>10</sup> Os três cursos anteriores foram consagrados, sobretudo, às disciplinas: *A sociedade punitiva*, *O poder psiquiátrico* e *Os anormais*.

<sup>11</sup> Salientamos que, diferentemente do que fez em sua arqueologia, Foucault não dedicou um livro à discussão dos procedimentos metodológicos das pesquisas desenvolvidas na década de 1970 ou mesmo depois. Em sua aula inaugural no *Collège de France*, em dezembro de 1970, indicou o desvio que caracterizaria suas pesquisas posteriores. *A ordem do discurso* é, por assim dizer, um texto de transição no qual fica evidenciada, no anúncio dos projetos crítico e genealógico, a intenção de ampliar o campo investigativo (para além das *epistemes* e das práticas discursivas) até então definido como arqueológico. Ao prenciar as pesquisas que objetiva realizar à frente da cátedra em “História dos Sistemas de Pensamento”, no *Collège de France*, Foucault expressa a intenção de estruturar dois conjuntos de análise: um denominado como crítico e o outro como genealógico. O conjunto crítico poria em funcionamento o “princípio de inversão” pelo qual se deveria: “lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer as fontes dos discursos (...), reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de recorte e de uma rarefação do discurso.” Já o conjunto genealógico procuraria pôr em funcionamento as seguintes regras metodológicas: a descontinuidade, a especificidade e a exterioridade. Na verdade, as diferenças entre crítica e genealogia, no que tange aos seus objetos e domínios de análise, são pouco significativas, o que leva Foucault a concluir que as duas empresas não são separáveis. Mais que isso, crítica e genealogia se fundem, isso porque as descrições que realizam, na pesquisa, procuram alternar-se apoiando umas as outras – sendo, portanto, correlacionáveis e complementares. (Cf. Foucault, 1996, p. 51-52; 65-70). Entretanto, é importante esclarecer que crítica e genealogia, ou melhor, a crítica genealógica será aprofundada nos estudos subsequentes, ganhando outros contornos nas pesquisas sobre o poder e a ética. A propósito, se a aula inaugural no *Collège de France* introduz a noção de genealogia e mostra sua vinculação com a de crítica, ainda não aparecem no texto importantes categorias genealógicas que serão centrais (como veremos) nos estudos posteriores.

filosofia analítica da política”, de 1978, Foucault diz que o Fascismo e o Stalinismo são duas doenças do poder. Embora singulares, ambos ampliaram e prolongaram uma série de mecanismos já presentes nos sistemas sociais e políticos do Ocidente (Foucault, 2004a, p. 38). O espectro dos superpoderes não escapou ao olhar atento do pensador que bem antes, no curso de 76, constata o uso das tecnologias biopolíticas por parte dos regimes totalitários.

No transcórre das aulas de *Em defesa da sociedade* os ouvintes testemunham Foucault operando deslocamentos importantes em relação ao que considera as grandes concepções de poder dos pensamentos moderno e contemporâneo. Dessa forma, sustenta que, a partir da modernidade, se consolidam quatro grandes matrizes de poder. De modo geral, podem ser definidas como: o modelo jurídico-político liberal (hobbesiano), o modelo economicista (marxista), o modelo repressivo (reichiano) e o modelo das relações de força (nietzschiano) – isso não quer significar que, para Foucault, não possa existir, em determinadas configurações sociais, a imbricação entre categorias de poder expressas nessas diferentes vertentes (Foucault, 1999a, p. 19-26).

Mesmo não discutindo, neste momento, em que medida tais paradigmas encontram significativa fundamentação nos quatro pensadores tomados como referência, a saber, Hobbes, Marx, Reich e Nietzsche; importa-nos, aqui, sobretudo, destacar o que caracteriza, segundo Foucault, cada uma dessas concepções do poder. Assim sendo, a primeira é definida pela teoria liberal do Contrato Social e sua concepção jurídica, tendo como características, por exemplo: o poder como sinônimo de lei, a garantia dos direitos naturais positivados do sujeito de direito etc. O segundo modelo se define pelo primado da esfera econômica do poder sobre as demais formas possíveis. Nessa concepção de poder o econômico, em detrimento das demais formas de poder, é determinante nos rumos das sociedades. No esquema reichiano o poder se reduz ao seu caráter repressivo: repressão sobre a natureza, os instintos, a classe social, os indivíduos. Já o que define o poder conforme o modelo nietzschiano, com o qual a genealogia foucaultiana se identifica, são os jogos entre as forças – “correlação de forças” (Deleuze, 2000, p. 145-146; Marton, 2001, 199-211). Ressaltamos que existem pontos de convergência entre os

paradigmas reichiano e nietzschiano, no que diz respeito às vinculações entre dominação e luta entre as forças, muito embora essas concepções não sejam sinónimas.

A trama teórica exposta no curso *Em defesa da sociedade* é significativamente singular, se comparada às pesquisas genealógicas anteriores ou mesmo posteriores a 1976. Com isso, queremos dizer que os encontros realizados entre janeiro e março desse ano, no *Collège de France*, constituem-se no único momento dedicado à realização de uma genealogia da guerra. Como lembra Revel, o interesse de Foucault sobre a temática da guerra dá-se num curto período, entre os anos de 1975 e 1977, e as aulas de 1976 parecem confirmar o quanto esse tema captura o interesse do genealogista (REVEL, 2005, p. 56). No curso, Foucault, ao conceber o poder como correlação de forças, pensa-o na forma do combate, do enfrentamento, explorando o modelo da guerra continuada. Isso o aproxima, num primeiro momento, das teses de Clausewitz (1780-1831) sobre a clara vinculação entre guerra e política. No século XIX, Carl von Clausewitz, ao discutir a noção da guerra vinculando-a às ações políticas do Estado, analisa os usos e intensidades mais eficazes da força em diferentes níveis. Assim, a guerra é a continuação das relações políticas – a guerra é o meio que possibilita o alcance da finalidade que é a intenção política. Foucault inverte a proposição do autor prussiano e assevera que um traço distintivo de nossas sociedades modernas e contemporâneas é a efetivação da política como guerra. Sustenta que Clausewitz alterou (assim como fez Foucault em relação à sua proposição) uma tese já presente e consolidada na cultura política moderna:

O princípio segundo o qual a política é a guerra continuada por outros meios era um princípio bem anterior a Clausewitz, que simplesmente inverteu uma espécie de tese a um só tempo difusa e precisa que circulava desde os séculos XVII e XVIII. (Foucault, 1999a, p. 54-55)

No entanto, os deslocamentos propostos pela genealogia evidenciaram que a matriz da guerra, anterior à noção nietzschiana de vontade de potência, se deu por meio da emergência do discurso histórico-político da luta das raças. Foucault localizou o ideário desse discurso, juntamente com uma gama de práticas sociais ou mesmo militares, não nos nomes mais celebrados da teoria política

moderna, tal como Maquiavel ou Thomas Hobbes, mas em autores como o economista e historiador Henri de Boulainvilliers (1658-1722). Acredita Foucault que, diferente de Hobbes, que faz menção à guerra idealizando a paz<sup>12</sup>, em Boulainvilliers encontremos a guerra generalizada, percorrendo todo o corpo social, não como guerra entre indivíduos mas como guerra entre grupos, uns contra os outros (Foucault, 1999a, p. 56; 194)<sup>13</sup>.

Sem a pretensão de reconstituir a genealogia da luta das raças e, assim, de explorar as mudanças e alterações pormenorizadas por Foucault ao longo das aulas, limitamo-nos a destacar que o corolário dessa trajetória mostra, por exemplo, como, num dado momento, as esferas do biológico e do político se vinculam ao Estado moderno, fazendo emergir uma modalidade de poder que visa agir sobre a vida humana, de cima a baixo, constituindo uma sofisticada tecnologia de controle que tem como alvo primordial a população. Explicando melhor, para além do grande sistema jurídico e não desvinculado do aparelho estatal, surge uma tecnologia de poder que passa a ser exercida fundamentalmente sobre a vida humana, objetivando gerir tanto a vida dos indivíduos, na singularidade dos seus corpos, quanto a do corpo populacional.

Os novos lineamentos da pesquisa genealógica revelam que, da segunda metade do século XVIII em diante, aos poucos a política

---

<sup>12</sup> Acredita Foucault que Hobbes (assim como Clausewitz) não é um teórico da guerra. Isso porque, no caso de Hobbes, a hipótese racional do estado de natureza, combinada à constituição da sociedade política, teria como objetivo, sobretudo, a paz social que aparece como condição da conservação da melhor vida possível para os súditos. Assim sendo, a guerra no estado de natureza seria uma empresa fadada ao insucesso. Já na Sociedade Civil só apareceria como um recurso extremo (“a política por outros meios”) objetivando evitar, sobretudo, a guerra civil. Aliás, o interesse de Foucault por Hobbes nesse curso o leva a dedicar, quase que exclusivamente, um dos encontros (aula de 4 de fevereiro) para discutir os limites do “paradigma hobbesiano”. De passagem, salientamos que o pensamento de Hobbes é aquele que melhor caracteriza, segundo Foucault, a “Teoria da Soberania”. Cumpre observar que as nuances metodológicas da genealogia procuram marcar um distanciamento considerável em relação a essa representação do poder e sugerem deslocamentos importantes na análise, propondo um olhar analítico que torne perceptível os desníveis e as oscilações das práticas de poder socialmente constituídas.

<sup>13</sup> Foucault faz referência, por exemplo, as obras históricas de Boulainvilliers relacionadas com as instituições políticas francesas. Como resumo das ideias de Boulainvilliers, Cf. Chevallier, 1983, p.61-63.

vai se transformando em biopolítica e, na articulação entre noções como raça e nação, se legitimam diferentes práticas de poder<sup>14</sup>. Num certo sentido, o biopoder é a redução da política ao âmbito exclusivamente biológico, mas também a junção da *anátomo-política* do corpo com a biopolítica da espécie. Por exemplo, a partir da emergência da população, como produto e objeto do poder-saber, observam-se as insistentes tentativas (bem-sucedidas ou malogradas) de gerir e purificar os espaços urbanos higienizando-os. Além disso, Foucault acredita que, levado ao paroxismo, o biopoder legitime a morte e até o genocídio daqueles apontados como ameaça à pureza, à saúde e ao bem-estar de uma determinada raça que, em tese, o Estado almeja proteger ou preservar<sup>15</sup>.

Vale frisar que Foucault faz menção à biopolítica antes do curso *Em defesa da sociedade*. Todavia, os estudos seminais sobre a temática só aparecem a partir de 1976. Assim, a aula de 17 de março – último encontro do curso – é destinada, em grande parte, à análise das questões que envolvem a biopolítica. Cumpre observar que, nessas reflexões, não há uma clara distinção entre os termos biopoder e biopolítica, fazendo com que apareçam, em determinado momento, como sinônimos. Apesar disso, a biopolítica se notabiliza pela regulação da vida da população. Trata-se de um dispositivo de

---

<sup>14</sup> Esclarecemos que, em Foucault, há cinco domínios de análise da biopolítica: o poder medical (que incide sobre a saúde da população), o dispositivo de sexualidade (que visa o controle do “sexo”), a guerra e luta das raças (que regula as raças. Nesse caso, com o biopoder há a emergência de um racismo de Estado), os dispositivos de segurança (que, com a promessa de promover uma “asepsia dos perigos”, gere a vida com base numa tecnologia que regula o “meio ambiente”) – estes dois, agora mencionados, correspondem às pesquisas dos cursos de 1976 e 1978 – e a racionalidade econômica (própria das governamentalidades liberal e neoliberal). Embora sejam cinco domínios distintos, há proximidades, vinculações, relações possíveis entre eles.

<sup>15</sup> O destacado espaço atribuído ao biopoder nas pesquisas sobre a genealogia da guerra indicou a emergência, a partir do final do século XVIII, de uma nova modalidade de poder que objetiva, sobretudo, gerir e controlar a vida dos conjuntos populacionais empreendendo, ao mesmo tempo, uma *anátomo-política* do corpo e uma biopolítica da espécie. Como Lembra Castro, as análises foucaultianas de 1976 discutem as práticas modernas e contemporâneas do biopoder em sua dupla face, ou seja, (1) como o poder que incide sobre a vida (por meio da gestão da vida biológica) e (2) como poder sobre a morte (racismo de Estado). Trata-se, nesses dois movimentos, do biopoder, da estatização da vida biológica do homem considerado como ser vivente (Castro, 2009, p. 57).

poder com incidência no nível populacional.

De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando? (...) trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, penso eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (Foucault, 1999a, p. 289-290)

Outra questão relevante é a ênfase dada, nessas genealogias, às práticas microfísicas do poder. Vale destacar que estas não são dissociadas, em termos absolutos, das ações biopolíticas presentes nas estruturas dos Estados modernos e contemporâneos. Assim sendo, houve, em determinadas configurações político-sociais, e atrelada à ação estatal, a emergência de tecnologias de gestão e controle dos corpos individuais e populacionais, que se estabeleceu tendo como suporte saberes como a estatística e a demografia (controle da natalidade, mortalidade etc.).

Por fim, se a biopolítica e, assim, a emergência histórica das novas formas de controle e gestão populacional marcam a transição entre os cursos *Em defesa da sociedade* e *Segurança, território, população*, o mesmo acontece com relação à governamentalidade? Cremos que se o Estado é introduzido nas análises genealógicas como espaço biopolítico, poucas são as referências textuais do pensador francês à governamentalidade no curso *Em defesa da sociedade*. Como vemos, a questão da governamentalidade não é contemplada substantivamente nas aulas de 1976, embora a biopolítica e a população, centrais na reflexão sobre as tecnologias do governo, se sobressaíam ao final do curso.

### **Do que tratam as aulas de *Segurança, território, população*?**

Sem a pretensão de reconstituir minuciosamente a trajetória das tecnologias de governo traçada por Foucault em *Segurança, território, população*, priorizamos a discussão sobre a emergência histórica da polícia, como dispositivo de segurança, e sobre a governamentalidade liberal. Procuramos dar ênfase a esses temas, primeiro, porque são recorrentes no curso de 1978; segundo, pela

clara vinculação entre segurança, liberalismo e biopolítica; e, por fim, porque a questão dos dispositivos estatais de segurança é central nas governamentalidades a partir da modernidade.

No entanto, mesmo que de passagem, lembraremos os demais dispositivos de poder analisados por Foucault no curso de 1978. Em resumo, o pensador francês mostrou, inicialmente, o longo processo de desenvolvimento do poder pastoral no ocidente. Distinto da prática política greco-clássica, a pastoral cristã seguiu, em certa medida, o modelo do pastorado hebreu. Mas, num dado momento, criou autonomia em relação à forma hebraica. Assim sendo, o “governo das almas”, próprio da pastoral cristã, utilizando-se de práticas como a “direção de consciência” e o “exame de consciência”, inaugurou uma forma de poder (o ato de internalizar a obediência construída na relação entre pastor espiritual e indivíduos crentes) eminentemente individualizante<sup>16</sup>. Já por volta

---

<sup>16</sup> Os temas hebraicos que giram em torno do pastorado sofrem alterações consideráveis na literatura cristã dos primeiros séculos. O cristianismo dá outros contornos ao pastorado e, ao enriquecê-lo e institucionalizá-lo, transforma-o numa nova arte de conduzir, guiar e controlar os homens. Na prática pastoral cristã, o pastor assume a incumbência de seguir suas ovelhas acompanhando-as em todos os seus passos, encarregando-se delas, individual e coletivamente, por toda vida. As práticas da direção de consciência e de exame de consciência no cristianismo antigo diferem substancialmente da experiência grega. Primeiro porque a direção de consciência cristã nem sempre é voluntária. Por exemplo, os monges não podiam optar por ter ou não ter diretores de consciência. Segundo, a direção de consciência cristã não é circunstancial, mas absolutamente permanente. A pessoa é dirigida sobre todos os aspectos da vida, durante toda a sua existência. Terceiro, o exame de consciência, como parte dos instrumentos da direção de consciência, não terá a função de assegurar ao indivíduo o controle de si. Diferentemente disso, o exame deve promover uma relação de dependência entre o diretor (que age como uma espécie de filtro da verdade formada, produzida, enunciada) e aquele que examina a sua própria consciência. A particularidade da individualização do pastorado cristão será caracterizada por Foucault com base nos seguintes aspectos: a) O jogo de decomposição que define a cada instante o equilíbrio e a circulação dos méritos e deméritos da pessoa (identificação analítica de identidades). b) O estabelecimento de uma rede de servidão geral, de todos em relação a todos, como também a tentativa de exclusão do “egoísmo” como forma nuclear do indivíduo. O pastorado não cria condições para a autoconstituição do sujeito, para o domínio de si sobre si. A individualização que dele deriva não resulta de uma prática de liberdade, mas de um processo de sujeição. c) A individualização pastoral não é fruto da relação do sujeito com a verdade por ele adquirida. Diversamente, ela é obtida por meio da produção de uma verdade interior, secreta, oculta, extraída da

do Renascimento houve a proliferação de governabilidades que se desenvolveram vinculadas às novas formas de razão de Estado. Nos séculos XVII e XVIII se consolidaram, primeiramente, o Estado de polícia e, depois, a governamentalidade liberal (Defert, 1999, p. 49-50).

Sob o ponto de vista metodológico, cumpre observar que não há uma total continuidade ou mesmo ruptura absoluta entre essas formas de governamentalidade. Há especificidades em cada modelo de governo, mas isso não exclui a existência de traços dos anteriores nos subseqüentes. Assim, há aspectos do pastorado nos dispositivos de segurança (por exemplo: a internalização da obediência individualizada) como também existem elementos da polícia no liberalismo, o que não quer indicar uma mera evolução entre essas tecnologias de governo.

Na primeira aula do curso *Segurança, território, população* Foucault expressa o objetivo de estudar a biopolítica, ou seja, de investigar como as sociedades ocidentais, a partir do século XVIII, levam em conta a dimensão biológica na organização de diversas instituições do Estado que visam administrar a população. A rigor, o modelo jurídico do contrato social, bem como os dispositivos disciplinares, não dão conta de explicar, satisfatoriamente, a emergência das novas tecnologias de poder. Apesar disso, a emergência dos dispositivos estatais de segurança não significa o total esgotamento de outros modelos, a saber, o da soberania e o da disciplina, mas a insuficiência destes na leitura e caracterização das novas configurações de poder.

Cumpre observar que a compreensão que se tinha da polícia, do século XVII ao final do XVIII, difere da que temos hoje, como aparelho essencialmente repressivo<sup>17</sup>. Por exemplo, diz o pensador

---

“alma”. Em síntese: “Identificação analítica, sujeição, subjetivação – é isso que caracteriza os procedimentos de individualização efetivamente utilizados pelo pastorado cristão e pelas instituições do pastorado cristão.” (Foucault, 2008a, p. 243).

<sup>17</sup> Ao tratar dos dispositivos de segurança, Michel Foucault analisa o projeto utópico de Turquet, o *compendium* administrativo, de De Lamare, e o manual de Justi, procurando mostrar as vinculações entre as teses propostas nos textos e as transformações, entre os séculos XVII e XVIII, nas tecnologias de governo. Da imbricação entre elementos distintos – o ideário institucional, as práticas institucionais, as determinações estatais e as reações das populações – temos o

francês que, para Turquet, a polícia deve se ocupar das diversas atividades do homem, na medida em que tem relação e é, em certo sentido, importante para o Estado. Nessa perspectiva, De Lamare, em sua compilação dos regulamentos de polícia do reino, esclarece que há diversos campos de ação para a polícia. No reino, a polícia tem a incumbência de cuidar: da religião; da moralidade; da saúde; dos mantimentos; das estradas, das pontes e calçadas, e dos edifícios públicos; da segurança pública; das artes liberais (as artes e as ciências); do comércio; das fábricas; dos criados e dos carregadores; dos pobres. Conclui o autor que a polícia cuida de tudo o que se relaciona à felicidade dos homens regulamentando as relações sociais. O que ele quer dizer é que a polícia deve se ocupar integralmente da vida humana. A vida é o alvo da polícia: o indispensável, o útil, o supérfluo. Cabe à polícia permitir aos homens sobreviverem, viverem e melhorarem cada vez mais. Sustenta Foucault que, conforme Justi, o objeto da polícia é a vida em sociedade de indivíduos (2006, p. 61).

A regulação da população, por parte da polícia, é constitutiva das tecnologias biopolíticas que surgem na modernidade. Com a biopolítica a população aparece como campo de poder-saber e, assim, como objeto das tecnologias de segurança. Em outras palavras, a emergência histórica da população só foi possível por meio dos novos dispositivos científicos, políticos e de segurança que viabilizaram o controle institucional da vida humana.

Ao longo do século XVIII esse Estado de polícia vai, paulatinamente, enfraquecendo e, assim, se desmantelando. Acredita Foucault que a crítica ao sonho da sociedade organizada sob a égide da polícia se fundamente, sobretudo, em questões de ordem econômica. São decisivos no declínio deste ideário policial os problemas dos cereais, da sua comercialização e circulação, como também os impasses gerados pela questão da escassez alimentar. Em outros termos, os problemas econômicos se constituem nos motivos essenciais da desmontagem do projeto de uma polícia integral, haja vista o reconhecimento dos seus limites no tratamento das questões econômicas e político-sociais que emergem a partir do

---

fenômeno da ampliação das funções da polícia e, assim, de sua intervenção sobre os diferentes espaços e grupos sociais na modernidade.

século XVIII.

Foucault vê como decisiva, na transição entre a modernidade e a contemporaneidade, as alterações ocorridas nas tecnologias de governo. Na nova governamentalidade, que ele denomina como liberal, a função do Estado será a de garantir as condições necessárias ao funcionamento da economia e, assim, de deixar fluir a “naturalidade do mercado” – isso difere do modelo policial (intervencionista) centrado na regulação dos diversos espaços do território e de sua população.

Mas, no que diz respeito aos dispositivos de segurança, quais as diferenças mais significativas introduzidas pela governamentalidade do liberalismo? Cremos que, embora de forma distinta daquela preconizada pelo Estado de polícia, esses mecanismos de segurança se façam presentes e sejam centrais na nova governamentalidade. Conforme a racionalidade política liberal, os fenômenos considerados naturais, intrínsecos à economia e à população, devem ser garantidos pelos dispositivos de segurança. Assim, articulada aos ideais de liberdade econômica e de gestão da população, a polícia funciona como uma instituição eminentemente negativa. No modelo anterior a polícia reunia funções positivas (governava a vida dos homens por meio da regulação, produção etc.) e negativas (repressão, coerção) regulamentando totalmente o território do Estado e os súditos.<sup>18</sup> No paradigma liberal as funções positivas ficam a cargo de outras instituições, uma vez que a polícia se incumba exclusivamente da “eliminação da desordem” – função eminentemente negativa. Foucault assevera: “Com isso, a noção de polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos.” (Foucault, 2008a, p. 476). No modelo liberal o antigo projeto de polícia é desarticulado e, assim, se decompõe em quatro elementos. São eles: a prática econômica, a gestão da população, o direito às liberdades e a polícia como

---

<sup>18</sup> Em Foucault, as noções de positividade e negatividade não são conceitos morais, ou seja, positivo não é necessariamente sinônimo de bom nem mesmo o negativo de mau. Positivo significa a produtividade do poder, já negativo é o poder que se exerce por meio de uma “subtração”. Cabe enfatizar que, apesar de suas diferenças, tanto as práticas positivas quanto as negativas podem desencadear efeitos destrutivos.

instituição “negativa”.

Sem rejeitar as interpretações tradicionais do liberalismo<sup>19</sup>, Foucault acredita que ele seja uma arte de governar originada nas mudanças ocorridas nos regimes de verdade e na governamentalidade. E mais, a tecnologia de governo liberal teria como peça-chave a noção de “sujeito de interesse”. Em outros termos, são centrais nessa prática de governo os interesses individuais e coletivos das pessoas: garantia da liberdade, da utilidade social, do lucro econômico etc. Além disso, paradoxal ou não, é preciso que haja intervenção estatal para garantir a segurança e a liberdade, tanto da população quanto dos processos econômicos do mercado.<sup>20</sup> Ademais, a racionalidade política liberal garantiria e manipularia o jogo político-social por meio do qual se articulam o mercado (espaço privilegiado de constituição da verdade) e os indivíduos (subjetivados como *homo oeconomicus* e sujeitos de interesse).

O sujeito de interesse que aparece no liberalismo não é subproduto do “sujeito de direito”. Sem ficar condicionada aos preceitos da teoria jurídica do contrato social, a razão política liberal teria procurado consolidar, como prática governamental, a manipulação dos seus interesses tanto na esfera individual quanto coletivamente. Foucault não deixa de reconhecer a tensão existente no liberalismo, do final do século XVIII ao início do XIX, entre o que

---

<sup>19</sup> Bem sabemos quão difícil e controversa é, por exemplo, a distinção entre o liberalismo econômico, político e ético. Sem desconsiderar as várias visões do liberalismo e, assim, as dificuldades em delimitá-lo, destacamos três traços sustentados por diversos teóricos que discutem o tema. Resumidamente, são eles: a independência das esferas legislativa e judiciária em relação à executiva, a não intervenção do Estado na economia, e a defesa das liberdades individuais.

<sup>20</sup> No que tange à imbricação entre a ideia de mercado e a ideologia liberal, diz Rosanvallon que o conceito de mercado, forjado na Filosofia Política moderna, faz surgir uma nova representação do mundo e da sociedade. O Liberalismo, como representação da sociedade de mercado, desterritorializa a economia e territorializa os indivíduos – como propriedades, diria um liberal como John Locke (Locke, 1998, p. 405-429). Na perspectiva liberal, a propriedade privada é o solo da sociedade atomizada. No caso da França, por exemplo, Rosanvallon entende que o Estado aparecerá como um instrumento de desenvolvimento do mercado. Assim sendo, na virada do século XVII para o XVIII, a política fiscal era tida como o espaço próprio à harmonização dos interesses privados (mercado) com o interesse público (Estado) (Rosanvallon, 2002, p. 133-135).

denomina como a via axiomático-revolucionária, centrada na tese dos direitos do homem e na defesa da Soberania e do Direito Público; e a via radical-utilitarista, baseada na defesa dos interesses dos indivíduos. Embora existam relações entre as duas – até porque a governamentalidade liberal faz uso das leis, do contrato, da esfera jurídica –, há a preponderância do ideário e das práticas liberal-utilitárias sobre as revolucionárias<sup>21</sup>. O sujeito de interesse nasceria dessa articulação entre liberalismo e utilitarismo. Para o autor francês, os pensamentos de Beccaria, Bentham e Stuart Mill dão provas disso.

O que se manteve e foi forte é, bem entendido, a via radical que consistia em procurar definir a limitação jurídica do poder público em termos de utilidade governamental. E é essa linha de tendência que vai caracterizar, não apenas a história do liberalismo europeu propriamente dito, mas também a história do poder público no ocidente. (Foucault, 2008a, p. 60)

É importante frisar que os processos biopolíticos de assujeitamento da vida humana aparecem nas duas formas de governamentalidade, a saber, o Estado de polícia e o liberalismo, porém não da mesma maneira. Como vimos, embora haja traços do Estado policial no liberalismo, existem descontinuidades e mudanças relevantes, na passagem de um a outro, que possibilitam deslocamentos significativos nas ações do poder sobre os indivíduos e as populações. Além disso, há importantes dilemas éticos e políticos desencadeados por essas práticas de poder. Conforme o curso *Segurança, território, população*, na articulação entre biopolítica e governamentalidade – da qual a polícia é elemento chave – as tecnologias de governo dos homens impõem sofisticados processos de governamentalização da vida. No cruzamento entre as instâncias política, biológica e de seguridade se consolidam, a partir da modernidade, campos de regulação e assujeitamento gerando formas diversas de controle e sujeição dos grupos sociais.

---

<sup>21</sup> Fica evidenciada, nas relações estabelecidas entre os interesses individuais, populacionais e a gestão governamental, a vinculação entre Utilitarismo e Liberalismo. Sobre a relação entre Utilitarismo e Liberalismo, como também sobre a crítica do Utilitarismo ao Jusnaturalismo (para Foucault: via axiomático-revolucionária), Cf. Bobbio, 2005, p. 62-67. Já sobre a fundamentação moral do liberalismo inglês oitocentista, Cf. Bellamy, 1994, p. 21-106.

### **Excertos finais: “intercursos”**

Como explica Senellart (2008, p. 516), no curso de 1976 são definidos três domínios de intervenção da biopolítica. Sua emergência se daria entre o final do século XVIII e início da XIX: (1) os processos de natalidade e mortalidade que conduzem a um novo enfoque da questão da mortalidade; (2) os fenômenos ligados a velhice (acidentes, doenças, entre outros) que alterariam a capacidade dos indivíduos; e, por fim, (3) as relações entre os homens (como seres vivos) e o “meio” em que vivem. Essas relações surgiriam com os problemas ligados às cidades (meio urbano). Num certo sentido, o curso *Segurança, território, população* aprofunda as análises anteriores sobre a biopolítica. No entanto, ao aproximarmos as teses dos dois cursos, constatamos que no primeiro não é abordada a questão dos cereais, o que nos leva a crer que, nas aulas de *Em defesa da sociedade*, ainda não esteja formulado o problema do liberalismo como nova racionalidade governamental e, assim, sua vinculação à biopolítica. Além disso, há um espaço destacado nas aulas de 1976 à discussão das práticas de biopoder. No curso *Segurança, território, população*, entretanto, há uma retração do biopoder (ou seja: da *anátomo-política*) e a expansão das análises dos controles populacionais.

A investigação microfísica permanece como método de decifração dos objetos analisados. Assim como no curso de 1976, nas aulas de *Segurança, território, população* a microfísica do poder leva em consideração a categoria Estado: “Na verdade, uma análise em termos de micropoderes compatibiliza-se sem nenhuma dificuldade com a análise de problemas como os do governo e do Estado” (Foucault, 2008a, p. 481). O que Foucault rejeita é que o Estado seja uma macroestrutura (“um universal”) que abarque integralmente as manifestações do poder (Cf. Veyne, 2009, p. 11-41; 99-116). Isso vale para os dois cursos do *Collège de France*. No entanto, se a biorregulação empreendida pelo Estado sobre a população já aparece no último encontro de *Em defesa da sociedade*, os processos de governamentalização policial e liberal só serão abordados nas aulas de 1978.

Nos cursos anteriores a *Em defesa da sociedade*, Foucault descreve como, na modernidade, o poder disciplinar normalizava os

indivíduos (corpos e almas dóceis) dentro das mais diferentes instituições. Quando analisa os dispositivos policiais de segurança, em 1978, Foucault aprofunda a análise das práticas de normalização. Mostra, por exemplo, como os saberes – a demografia e a estatística – foram utilizados pela polícia como dispositivos normalizadores.

Por mais que a noção de guerra, conforme definida no curso de 1976, abra a possibilidade de que possamos vislumbrar práticas de resistência no meio social, é no curso *Segurança, território, população* que Foucault explora o tema das contracondutas. Como resistência à tecnologia que normaliza as populações – regulando-as por meio da “média” e o “desvio padrão” –, emergem práticas de contraconduta que procuram romper (ou pelo menos sabotar) os elos sociais de dominação. A efetivação dessas práticas de liberdade abre a possibilidade de que a vida não seja reduzida aos efeitos deletérios – individualizantes e totalizadores – da biopolítica. Assim sendo, no interior dos campos epistemológicos, políticos e sociais as contracondutas seriam indicativas da luta travada entre as práticas de governo insurgentes e as tecnologias governamentais de regulação e sujeição individual e social.

Por fim, sabemos que a liberdade, em Foucault, não se limita ao seu “sentido negativo” (ação do indivíduo sem a obstrução dos demais, ausência de impedimentos etc.), como sustenta a tradição liberal a partir da modernidade (Berlin, 2002, p. 229-236). A ampliação da noção de governo, não só nos cursos do final da década de 1970, mas também naqueles ministrados nos anos de 1980, possibilita ao pensador francês condicioná-la (pelo menos em um de seus aspectos mais relevantes) à ideia de “liberdade positiva”. Isso porque governar consiste tanto no domínio que cada um pode exercer sobre si mesmo quanto na condição de conduzir a conduta dos demais, quer se trate de indivíduos singularmente ou de grupos sociais. Sobre o tema Foucault declara:

Não conheço absolutamente antropologia, mas é possível imaginar que há sociedades nas quais a maneira com que se dirige a conduta dos outros é tão bem regulada antecipadamente que todos os jogos são, de qualquer forma, realizados. Em compensação, em uma sociedade como a nossa – isso é muito evidente, por exemplo, nas relações familiares, nas sexuais ou afetivas – os jogos podem ser extremamente numerosos e,

conseqüentemente, o desejo de determinar a conduta dos outros é muito maior. Entretanto, quanto mais as pessoas forem livres umas em relação às outras, maior será o desejo tanto de umas como de outras de determinar a conduta das outras. Quanto mais o jogo é aberto, mais ele é atraente e fascinante. (Foucault, 2004a, p. 286)

Sendo assim, a liberdade, em Foucault, ocorre como resistência e contraconduta, mas também como “governo de si” (e dos outros) e “cuidado de si”. Nesse sentido, a liberdade é, ao mesmo tempo, condição para a autonomia humana e um *ethos* ético-político. Em outros termos, ao empreender uma “ontologia histórica de nós mesmos”, cotejando com o passado na intenção de problematizar o presente, nosso autor crê que as diferenças entre o mundo antigo e o contemporâneo não invalidem, por exemplo, o fato (o dado relevante) de que a liberdade ainda hoje seja a condição para a realização da política e da ética, desde que vivenciadas com autonomia no meio social.

Artigo recebido em 04.11.2011, aprovado em 15.07.2012

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BELLAMY, Richard. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: UNESP, 1994. (Biblioteca básica).
- BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de Liberdade. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a humanidade. Uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 226-272.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. Na França: o liberalismo nobre. In: \_\_\_\_\_. *História do pensamento político II: o declínio do estado-nação monárquico*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983, p. 54-68.
- DEFERT, Daniel. Cronologia. In: \_\_\_\_\_. *Michel Foucault: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 1-64. (Ditos e escritos, v. 1).
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ESPOSITO, Roberto. *Bíos*. Biopolítica y filosofía. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- FONTANA, Alessandro; BERTANI, Mauro. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 327-351. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France*. 1976. Paris: Gallimard, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. (Coleção Tópicos).
- \_\_\_\_\_. *Michel Foucault: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

1999b. (Ditos e escritos, v. 1).

\_\_\_\_\_. *Dits et écrits I. 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Dits et écrits II. 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Michel Foucault: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. (Ditos e escritos, v. 5).

\_\_\_\_\_. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France. 1977-1978*. Paris: Gallimard, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Omnes et singulatum: para uma crítica da razão política*. Desterro: Nephelibata, 2006.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção Tópicos).

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou a matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Clássicos Cambridge de filosofia política).

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTON, Scarlett. *Extravagâncias*. Ensaio sobre a filosofia de Nietzsche. São Paulo: Discurso Editorial: UNIJUÍ, 2001. (Sendas e Veredas).

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo – antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo econômico: história da idéia de mercado*. São Paulo: EDUSC, 2002. (Coleção Ciências Sociais).

SENEILLART, Michel. Situação dos cursos. In: Foucault, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 495-538. (Coleção Tópicos).

VEYNE, Paul. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

